

ANÁLISE DESCRITIVA DO PERFIL DA VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E AUTOPROVOCADA EM SANTA CATARINA (2015-2019): UM ESTUDO ECOLÓGICO EXPLORATÓRIO DESCRITIVO

DESCRIPTIVE ANALYSIS OF THE PROFILE OF INTERPERSONAL AND SELF-INFLICTED VIOLENCE IN SANTA CATARINA (2015-2019): AN EXPLORATORY ECOLOGICAL DESCRIPTIVE STUDY

Clovis Wanzinack¹

RESUMO

A violência é um problema social amplamente reconhecido, com consequências para a saúde pública e como um violador dos direitos humanos fundamentais, além de ser um indicador significativo do desenvolvimento regional. Este artigo tem como objetivo analisar minuciosamente as fichas de notificações de violência interpessoal e autoprovocada, abrangendo um período de cinco anos (2015 a 2019) no estado de Santa Catarina. Utilizando uma abordagem de estudo ecológico exploratório descritivo, o estudo se baseia em dados secundários do Sistema de Informações de Agravamento de Notificação (SINAN), considerando variáveis como municípios, gênero, raça/cor, escolaridade, faixa etária, forma de agressão e relação com o agressor. Os resultados revelam a evolução das notificações ao longo desses cinco anos em Santa Catarina. Em 2019, por exemplo, chama a atenção que o número absoluto de notificações feitas por homens totalizou 4.871, enquanto as notificações feitas por mulheres atingiram o impressionante número de 11.330, representando um aumento de 132,6% em comparação aos casos masculinos. Dentro das notificações femininas, observa-se que violências físicas, corporais, envenenamento, uso de objetos perfurantes ou contundentes compreendem cerca de 60% a 70% do total, enquanto casos de violência psicológica, ameaças, estupro e assédio sexual ultrapassam os 80%. Este estudo também lança luz sobre a influência de fatores regionais e temporais no padrão de violência em diferentes áreas geográficas e ao longo do tempo. Isso permite uma compreensão mais profunda dos riscos associados à violência em diferentes regiões, possibilitando uma concentração de esforços direcionados para práticas mais eficazes. Na última análise, os resultados deste estudo servem como um alerta para a necessidade de medidas de intervenção específicas em áreas onde a violência interpessoal e autoprovocada apresenta maior prevalência e gravidade.

Palavras-chave: Violência; Notificação; Violência de Gênero.

ABSTRACT

Violence is a widely recognized social issue, with consequences for public health and as a violator of fundamental human rights, in addition to being a significant indicator of regional development. This article aims to comprehensively analyze records of interpersonal and self-inflicted violence notifications, covering a five-year period (2015 to 2019) in the state of Santa Catarina. Using an exploratory descriptive ecological study approach, the study relies on secondary data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN), considering variables such as municipalities, gender, race/ethnicity, education, age group, method of aggression, and relationship with the aggressor. The results reveal the evolution of notifications over these five years in Santa Catarina. In 2019, for example, it draws attention that the absolute number of notifications made by men totaled 4,871, while notifications made by women reached an impressive number of 11,330, representing a 132.6% increase compared to male

¹ Docente da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, PR, Brasil. cloviswa@gmail.com
RSPSC: Revista de Saúde Pública de Santa Catarina, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 105-119, julh./dez. 2023.
Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC) | ISSN 2175-1323

cases. Within female notifications, it is observed that physical violence, bodily harm, poisoning, the use of sharp or blunt objects constitute about 60% to 70% of the total, while cases of psychological violence, threats, rape, and sexual harassment exceed 80%. This study also sheds light on the influence of regional and temporal factors on the pattern of violence in different geographical areas and over time. This allows for a deeper understanding of the risks associated with violence in different regions, enabling a focus on more effective practices. In the final analysis, the results of this study serve as an alert to the need for specific intervention measures in areas where interpersonal and self-inflicted violence is more prevalent and severe.

Keywords: Violence; Reporting; Gender-based Violence.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anais da história da humanidade, a interação entre indivíduos e grupos tem sido marcada pela persistência de diversos tipos de violência. Essas manifestações violentas não se limitam apenas a atos de extrema brutalidade, como aqueles que ocorrem em cenários de guerra, genocídios e atos de terrorismo, mas também se infiltram de maneira mais insidiosa, penetrando nas estruturas sociais e moldando a vida em sociedade de maneira a fomentar perseguições e opressões. Isso ocorre com base em características tão diversas como gênero, etnia, classe social, religião e orientação política. Essa ampla variedade de violências é frequentemente alimentada por preconceitos que emergem das diferenças entre os seres humanos, transformando riquezas intrínsecas em desigualdades corrosivas (WANZINACK; MELO, 2021).

Há várias décadas, a questão da violência tem ocupado um espaço central nas agendas de departamentos e setores relacionados à justiça criminal e à defesa. O reconhecimento da gravidade desse problema remonta a 1986, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou um debate sobre o tema em várias resoluções. No entanto, um marco significativo na abordagem global da violência ocorreu em 1996, durante a Assembleia Mundial da Saúde realizada em Genebra. Foi nesse momento que a violência foi oficialmente incluída na agenda internacional de saúde. Uma resolução histórica foi aprovada, registrando a violência como um grave problema de saúde pública em nível global.

A relevância dessa resolução foi evidenciada pelo apelo à ação imediata feito aos Estados-membros. Eles foram instados a enfrentar o desafio da violência em todas as suas formas. Além disso, a Assembleia Mundial da Saúde solicitou ao diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) que liderasse esforços para desenvolver uma abordagem científica destinada a compreender e prevenir a violência em todas as suas manifestações. Essa iniciativa

da OMS reflete o reconhecimento de que a violência não é apenas um problema de segurança ou justiça, mas também uma questão de saúde pública que afeta profundamente a vida e o bem-estar das pessoas em todo o mundo (OMS, 2014).

Portanto, a luta contra a violência é uma tarefa complexa que exige ações coordenadas em níveis nacional e internacional, juntamente com uma compreensão aprofundada das raízes e manifestações desse fenômeno. A inclusão da violência na agenda de saúde global destaca a importância de abordar esse desafio de maneira holística, envolvendo não apenas instituições de segurança e justiça, mas também organizações de saúde e a sociedade como um todo.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial. A implementação de programas educacionais interdisciplinares, tanto nas escolas de níveis básico quanto nas instituições de ensino superior, é essencial para criar uma consciência coletiva sobre os diversos aspectos da violência. Esses programas não apenas abordariam as causas e consequências da violência, mas também forneceriam ferramentas práticas para prevenção e intervenção.

Além disso, a educação pode promover valores fundamentais, como empatia, respeito às diferenças e resolução pacífica de conflitos. Incluir a temática da violência nos currículos escolares não apenas contribuiria para a formação de cidadãos mais conscientes, mas também ajudaria a quebrar o ciclo da violência ao longo das gerações.

Este é um chamado à ação para criar um mundo onde a convivência e o respeito pelas diferenças prevaleçam sobre a violência e a intolerância, com a educação desempenhando um papel central nesse processo. A abordagem interdisciplinar, envolvendo saúde, justiça e educação, é a chave para construir uma sociedade mais segura e harmoniosa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Minayo (2006), a violência é múltipla e multicausal, sendo difícil sua conceituação. A palavra de origem latina “vis” significa “força” e se refere às noções de constrangimento e uso da superioridade física ou psicológica sobre o outro. Os episódios de uso da violência se relacionam a conflitos de autoridade e soberania, a luta pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de destruir o outro e/ou seus bens. Suas ocorrências são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo regras sociais mantidas por uso e costume, tradição ou aparato legal da sociedade.

Essa problemática remete a concepções de desenvolvimento e, nesse sentido, em pensar na vida humana em primeiro lugar. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como a “utilização da força física ou poder, factual ou em ameaças, contra si próprio, contra

outra pessoa, ou contra um grupo de pessoas ou uma comunidade, que ocasione ou tenha grande possibilidade de ocasionar em lesão, morte, dano psicológico, deficiente desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002).

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece medidas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em seu artigo 7º, aborda diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Isso inclui a violência física, que prejudica sua integridade corporal, e a violência psicológica, que causa danos emocionais, diminuição da autoestima, e busca controlar suas ações por meio de ameaças, constrangimentos, humilhação, entre outros. A violência sexual é outra forma destacada, abrangendo condutas que constroem a mulher a participar de relações não desejadas, induzam a comercializar sua sexualidade ou limitem seus direitos sexuais e reprodutivos. A violência patrimonial engloba a retenção, subtração ou destruição de seus bens e recursos econômicos, enquanto a violência moral refere-se a calúnia, difamação ou injúria contra a mulher. Essas definições visam abordar e prevenir diferentes aspectos de violência que as mulheres podem enfrentar em contextos domésticos e familiares.

As múltiplas formas de violência causam diversas consequências para as pessoas e espaços em que se manifestam. Os impactos incluem desde o trauma individual sofrido pelas vítimas e familiares, até impactos na economia, uma vez que grande quantidade de recursos é deslocada para ações de combate à violência. Estima-se que, no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017), o custo da violência atinge 5,9% do PIB, o que corresponde a R\$ 372 bilhões a cada ano.

Além disso, uma das maiores dificuldades na sociedade brasileira é a mensuração de todo conjunto de desdobramentos da violência nos gastos estruturais e assistenciais do setor da saúde e de segurança. Contudo, torna-se visível a amplitude do problema pelo volume de gastos que o atendimento das vítimas letais e não letais representa para o setor de saúde (BARATA et al., 2008), uma vez que muitas sequelas permanecem nos que sobrevivem.

Amartya Sen (2000, p. 16) compreende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais limitadas de desenvolvimento, como as que o identificam exclusivamente como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

Nesse sentido, o crescimento do PNB importa como um meio para aumentar possibilidades de liberdades a serem desfrutadas pela sociedade. Todavia, as liberdades dependem também de outros determinantes, por exemplo, serviços de educação, segurança e

saúde, direitos civis e participações em discussões públicas (SEN, 2000; SEN; KLIKSBERG, 2010).

Para Amartya Sen (2000, p. 16-17), o desenvolvimento impõe que sejam eliminadas as principais fontes de privação de liberdade: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância e interferência excessiva de estados repressivos”. Apesar de aumentos sem precedentes da riqueza global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas, senão a maioria.

A carência de liberdades substantivas pode relacionar-se à pobreza econômica, que tira a liberdade das pessoas de saciar a fome, de ter acesso a remédios e tratamento de doenças sanáveis ou remediáveis, oportunidade de vestir-se ou morar de forma digna, ter acesso à água tratada e saneamento básico, ter acesso a sistemas de segurança etc. Nesse sentido, a privação de liberdade está relacionada diretamente à carência de serviços públicos e assistência social. Essa violação dos direitos resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis, restringindo a liberdade de participação da vida social, política e econômica da comunidade. O autor destaca a importância da liberdade para o desenvolvimento quando diz que “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2000).

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Por meio de um estudo ecológico do tipo exploratório, foi analisada a evolução temporal das fichas de notificação de violência interpessoal/autoprovocada, no período de 2015 a 2019, no estado de Santa Catarina, de acordo com as variáveis de municípios, gênero, raça/cor, escolaridade, faixa etária, forma de agressão e vínculo com agressor.

Um período de análise mais prolongado auxilia na compreensão das evoluções ou declínios dos casos relatados nas fichas de notificações com maior precisão dos dados, que foram obtidos a partir do site do Sistema de Informações de Agravo de Notificação (SINAN).

A análise espacial foi feita por meio do *software Quantum Geographic Information System* (QGIS) 3.12.1, um sistema de informação geográfica livre e aberto, que permitiu a visualização, edição e análise de dados georreferenciados com as respectivas médias por municípios, possibilitando uma análise territorial do problema. Desse modo, foi possível analisar quais municípios e regiões registraram as maiores médias de violência contra pessoas do sexo feminino e masculino, configurando-se, por conseguinte, em regiões mais violentas.

Por se tratar de pesquisa utilizando exclusivamente dados secundários de domínio público, está dispensada de submissão e aprovação pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos, de acordo com a Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Devido ao tema “violência” ser múltiplo e polissêmico, é difícil quantificar o número de vítimas de violência no Brasil. Muitos episódios de violência ocorrem, inclusive, no ambiente privado do lar, a denominada “violência doméstica”, que é de difícil mensuração. Existem vários motivos para isso, entre eles, o fato de que a vítima nem sempre está disposta a procurar ajuda, seja por medo do agressor ou da sociedade, vergonha, fatores financeiros, entre outros. Avaliar a violência é complexo, pois ela nem sempre é informada, especialmente no que se refere à dor da perda humana (WANZINACK et al., 2021; WANZINACK; SIGNORELLI; REIS, 2018).

Tabela 1: Perfil de vítimas de violências segundo notificação entre 2015 a 2019 no estado de Santa Catarina.

Gênero	Homem		Mulher		Total
Ano	N	%	N	%	N
2015	3828	19,60	6697	15,78	10525
2016	3149	16,13	6846	16,13	9995
2017	3554	18,20	8341	19,66	11895
2018	4126	21,13	9219	21,73	13345
2019	4871	24,94	11330	26,70	16201
Total	19528	100	42433	100	61961
Raça/Cor	N	%	N	%	N
Ignorado/Branco	393	2,01	1008	2,38	1401
Branca	16261	83,27	35607	83,91	51868
Preta	752	3,85	1792	4,22	2544
Amarela	86	0,44	168	0,40	254
Parda	1644	8,42	3574	8,42	5218
Indígena	392	2,01	284	0,67	676
Total	19528	100	42433	100	61961
Escolaridade	N	%	N	%	N
Ignorado/Branco	3535	18,10	8299	19,56	11834
Analfabeto	194	0,99	337	0,79	531
1ª a 4ª série incompleta do EF	1627	8,33	2629	6,20	4256
4ª série completa do EF	832	4,26	1633	3,85	2465
5ª a 8ª série incompleta do EF	3175	16,26	7827	18,45	11002

Ensino fundamental completo	1300	6,66	3644	8,59	4944
Ensino médio incompleto	1718	8,80	4418	10,41	6136
Ensino médio completo	2205	11,29	6539	15,41	8744
Educação superior incompleta	378	1,94	1212	2,86	1590
Educação superior completa	315	1,61	1255	2,96	1570
Não se aplica	4249	21,76	4640	10,93	8889
Total	19528	100	42433	100	61961
Faixa Etária	N	%	N	%	N
Ignorado/Branco	3579	18,33	8380	19,75	11959
<1 Ano	1175	6,02	1161	2,74	2336
01/abr	1705	8,73	1860	4,38	3565
05/set	968	4,96	1268	2,99	2236
out/14	1102	5,64	3507	8,26	4609
15-19	2363	12,10	4265	10,05	6628
20-29	2871	14,70	7249	17,08	10120
30-39	2098	10,74	6208	14,63	8306
40-49	1490	7,63	4512	10,63	6002
50-59	913	4,68	2361	5,56	3274
60 e mais	1264	6,47	1662	3,92	2926
Total	19528	100	42433	100	61961

Fonte: adaptado pelo autor com base em informações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) (2023).

A tabela 1 apresenta a evolução dos números de notificações de violência interpessoal/autoprovocada no estado de Santa Catarina, no período de 2015 a 2019. No caso do sexo masculino, o aumento foi de 27,2%, enquanto no sexo feminino foi de 69,2%. Em 2019, o número absoluto de notificações realizadas por homens foi de 4.871, e por mulheres, de 11.330, o que representa um aumento de 132,6% em relação ao sexo masculino.

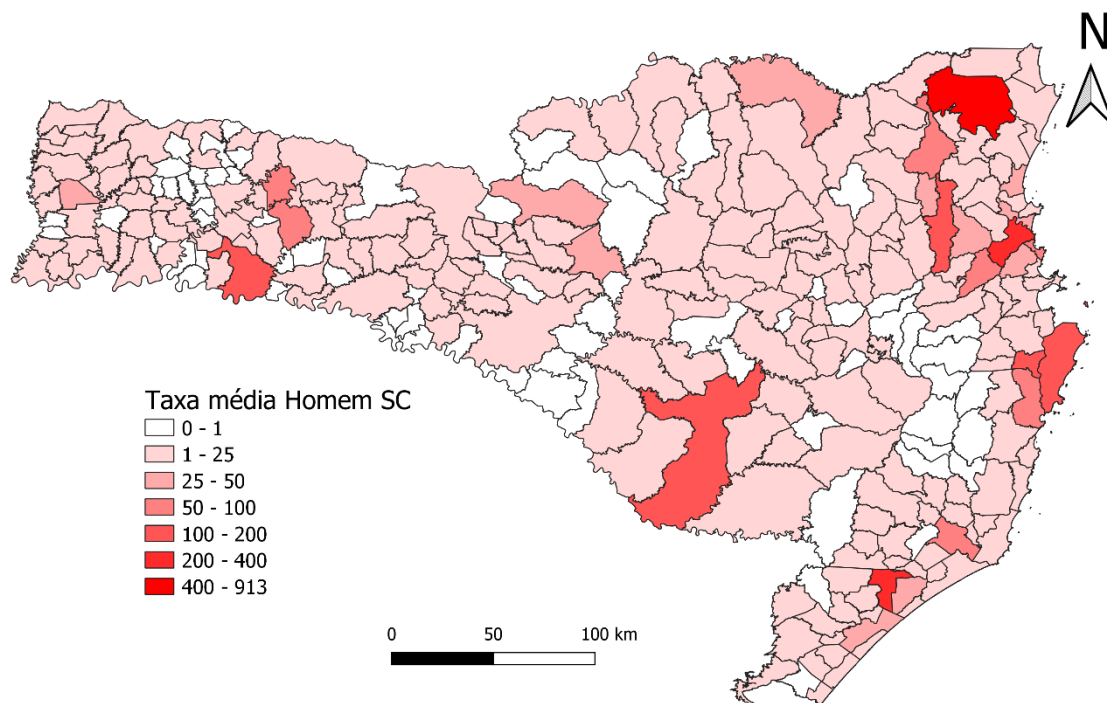
Em relação à raça/cor, as mulheres representam mais de 66% das vítimas em todas as categorias, exceto na população indígena, em que os homens representam 58% das vítimas.

Em relação à escolaridade, cerca de 19,1% das fichas de notificação não apresentavam informação sobre a escolaridade da vítima, o que representa uma lacuna na pesquisa. Isso ocorre porque, em alguns casos, a ficha de notificação é preenchida com a informação "não se aplica", o que indica que a vítima é menor de idade.

Todas as faixas etárias apresentaram números elevados de notificações, sendo que as idades entre 20 e 29 anos apresentaram o maior número absoluto de vítimas.

Nos mapas a seguir, é possível observar a média dos últimos cinco anos das notificações de violência registradas entre os municípios, divididas por gênero, masculino e feminino.

Figura 1: Taxa média anual de notificação de violência entre homens em Santa Catarina no período de 2015 a 2019.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

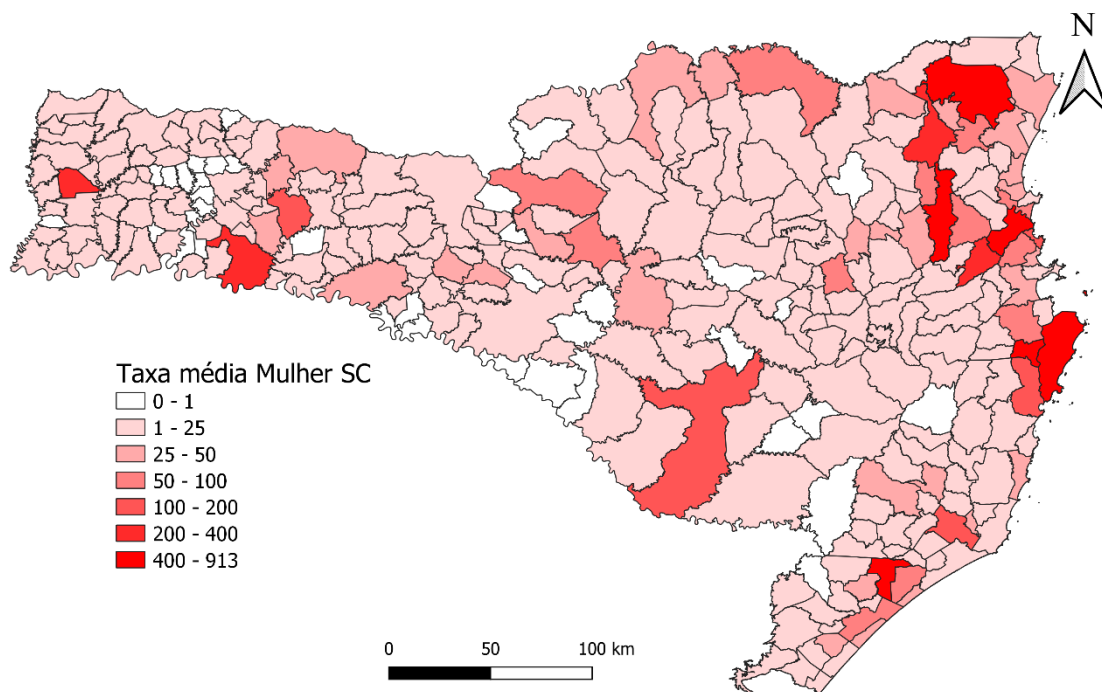
A figura 1 apresenta as maiores taxas de notificação de violência do sexo masculino nos municípios de Joinville (461,2), Criciúma (291), Itajaí (284,6), Florianópolis (191,8), São José (157,4), Blumenau (140), Chapecó (132,8), Lages (119,6), Xanxerê (79,6), Palhoça (78), Balneário Camboriú (71,8), Jaraguá do Sul (71,2), Tubarão (71,2), Ipuacu (57,6) e Brusque (53,2).

Apenas sete cidades não registraram nenhuma notificação de violência nos últimos cinco anos: Águas Frias, Anitápolis, Ibiam, Palmeira, Piratuba, São João do Sul e União do Oeste.

É importante ressaltar que a ausência de notificação de violência em um determinado município não indica que não haja violência na região. A violência pode estar sendo encoberta ou se manifestando de diversas formas, o que dificulta o seu registro.

Outro ponto importante a ser destacado é que a violência existe em todas as partes do mundo, mas não é distribuída de maneira homogênea. Ela está presente tanto nas grandes capitais quanto nas regiões do interior, em diferentes proporções e contextos.

Figura 2: Taxa média anual de notificação de violência entre mulheres em Santa Catarina no período de 2015 a 2019.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A comparação entre o mapa da figura 1 e o mapa da figura 2 revela um aumento nas médias e nos números de notificações de violência contra mulheres nos municípios de Santa Catarina.

Entre as cidades com maior média, estão Joinville (912,6), Itajaí (544,4), Criciúma (514,2), Florianópolis (508,4), São José (452,8), Blumenau (426,2), Jaraguá do Sul (248), Chapecó (223,4), Brusque (217,8), São Miguel do Oeste (209,2), Palhoça (190,8), Tubarão (172,4), Lages (168,6), Balneário Camboriú (157,2), Xanxerê (131,6), Araranguá (99,4), Gaspar (88,8), Fraiburgo (81,4), Caçador (81,2), Pomerode (74,6), Camboriú (74,2), Guaramirim (66,8), Içara (64,2), Mafra (58,6), Biguaçu (57,8), Rio do Sul (57,2) e Navegantes (52).

Apenas cinco municípios não apresentaram notificações de violência contra mulheres nos últimos cinco anos: Anita Garibaldi, Cunhataí, Irati, Jupia e Palmeira.

Tabela 2: Forma de agressão das vítimas de violências segundo notificação entre 2015 a 2019 no estado de Santa Catarina.

Gênero	Homem		Mulher		Total
Forma de agressão	N	%	N	%	N
Violência Física	10272	27,35	23083	24,04	33355
Lesão Autoprovocada	7954	21,18	16566	17,26	24520
Força corporal, Espancamento	4627	12,32	14734	15,35	19361
Envenenamento	4258	11,34	10960	11,42	15218
Violência Psicológica/moral	2418	6,44	10150	10,57	12568
Objeto perfurocortante	2809	7,48	4316	4,50	7125
Ameaça	989	2,63	5719	5,96	6708
Estupro	576	1,53	4612	4,80	5188
Enforcamento	1657	4,41	1890	1,97	3547
Assédio Sexual	340	0,91	2127	2,22	2467
Objeto Contundente	854	2,27	1347	1,40	2201
Arma de fogo	802	2,14	496	0,52	1298

Gênero	Homem		Mulher		Total
Local ocorrência	N	%	N	%	N
Residência	13283	68,02	33356	78,61	46639
Via pública	2562	13,12	3214	7,57	5776
Bar ou Similar	479	2,45	582	1,37	1061
Comércio/Serviços	369	1,89	623	1,47	992
Escola	339	1,74	435	1,03	774
Habitação Coletiva	159	0,81	204	0,48	363
Local de prática esportiva	66	0,34	83	0,20	149
Indústrias/construção	40	0,20	63	0,15	103
Outros	1622	8,31	2576	6,07	4198
Ignorado/Branco	609	3,12	1297	3,06	1906
Total	19528	100	42433	100	61961

Fonte: adaptado pelo autor com base em informações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) (2023).

Em relação à forma de agressão, devido à violência poder ocorrer de diversas formas, é possível que uma única ficha de notificação tenha mais de uma forma de agressão assinalada.

Percebe-se que as violências de forma física, corporal, envenenamento, com objeto perfurocortante ou objeto contundente variam entre 60% e 70% entre as mulheres. Já os casos de violência psicológica, ameaça, estupro e assédio sexual chegam a ultrapassar os 80%.

Um dado que chama atenção é o que abarca as lesões autoprovocadas, que correspondem a 24.520 ocorrências, a segunda maior registrada. Lesão autoprovocada é classificada como uma forma de violência que a pessoa atenta contra si mesma, podendo ser considerada como conduta suicida ou autoagressão. Tal comportamento se caracteriza pelo fato

de o indivíduo causar lesão a si próprio, muitas vezes sem levar em consideração o resultado final de intenção letal ou do verdadeiro motivo do ato (BAHIA et al, 2020).

As armas de fogo são a única violência que tem maior porcentagem nos homens (61,8%) se comparada às mulheres (38,8%), apontando maior associação da forma de agressão ao sexo masculino. Nunes e Sales (2016) relacionam tais peculiaridades a questões sociais e culturais, já que um maior domínio da força é incentivado desde cedo para os meninos, até mesmo por brincadeiras, enquanto meninas seriam consideradas frágeis e devem assumir um papel mais passivo, subordinadas à sociedade.

Cerca de 75,3% dos casos de violência contra homens e mulheres ocorreram na própria residência da vítima, o que pode demonstrar que, muitas vezes, o(a) agressor(a) é alguém da família ou próximo.

Tabela 3: Vínculo de agressão das vítimas de violências segundo notificação entre 2015 a 2019 no estado de Santa Catarina.

Gênero	Homem		Mulher		Total	
	Vínculo	N	%	N		%
Própria Pessoa		7757	36,23	16498	37,67	24255
Mãe		4098	19,14	4174	9,53	8272
Pai		2490	11,63	2798	6,39	5288
Padrasto		254	1,19	753	1,72	1007
Madrasta		40	0,19	63	0,14	103
Filho(a)		487	2,27	1101	2,51	1588
Irmão(a)		498	2,33	736	1,68	1234
Cônjuge		487	2,27	5945	13,57	6432
Ex-cônjuge		138	0,64	1654	3,78	1792
Namorado(a)		66	0,31	1155	2,64	1221
Ex-Namorado(a)		33	0,15	474	1,08	507
Amigos/Conhecido		2081	9,72	3130	7,15	5211
Desconhecido(a)		1561	7,29	2840	6,48	4401
Policia Agent da Lei		291	1,36	93	0,21	384
Outros Vínculos		1132	5,29	2386	5,45	3518

Fonte: adaptado pelo autor com base em informações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) (2023).

No quesito “vínculo com o(a) agressor(a)”, é importante destacar que a vítima pode ter sofrido violência de mais de uma pessoa, assinalando diversos indivíduos na ficha de notificação.

A tabela 3 demonstra que o maior número absoluto de casos é de violência autoprovocada, com 24.255 ocorrências. Esse dado corrobora o que foi observado na tabela 2, que trata das lesões autoprovocadas.

A tabela 3 também mostra que os maiores números absolutos de violência no que se diz respeito ao vínculo com o(a) agressor(a) correspondem aos pais da vítima, com 8.272 casos no caso da mãe e 5.288 no caso do pai. Violências relacionadas ao cônjuge (6.432), ex-cônjuge (1.792), namorado(a) (1.221) e ex-namorado (507) também se apresentam de forma expressiva. Amigos e conhecidos da família correspondem a 5.211 e desconhecidos a 4.401. Em geral, a tabela indica que o(a) agressor(a) é alguém próximo da vítima, que tende a estar mais vulnerável em contextos assim.

CONCLUSÃO

A análise cuidadosa do efeito regional e temporal proporcionou uma compreensão mais profunda dos padrões de violência em diferentes territórios ao longo do tempo. Essa compreensão é essencial, pois permite a identificação de regiões ou municípios com maior risco e vulnerabilidade, possibilitando a concentração estratégica de esforços para mitigar a violência nessas áreas específicas. Dessa forma, ao identificar tendências de aumento em determinados locais, torna-se viável desenvolver programas e projetos de intervenção direcionados para auxiliar as pessoas em situação de violência, criando um ciclo de aprimoramento contínuo.

As contribuições significativas desta pesquisa residem na investigação de fatores demográficos, sociais e econômicos associados à violência. Estas informações fornecem subsídios valiosos para o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas. Ao direcionar ações preventivas para territórios que apresentam médias mais elevadas de violência, é possível otimizar a eficácia das intervenções, com critérios de alocação de recursos mais eficientes, especialmente em regiões de maior risco, visando aprimorar os determinantes socioambientais.

Nesse contexto, torna-se imperativa a melhoria da capacidade dos serviços de saúde para identificar a violência doméstica contra a mulher e os fatores de risco para o feminicídio. Uma parte significativa desses incidentes ocorre dentro do ambiente doméstico, muitas vezes perpetrada por pessoas conhecidas. É essencial promover medidas mais eficazes de proteção às mulheres, com ênfase nas mulheres e meninas. Garantir o encaminhamento adequado das vítimas e seu acesso aos serviços de saúde, assistência social, segurança pública e justiça para obtenção de medidas protetivas torna-se uma peça-chave nesse quebra-cabeça de combate à violência de gênero.

Não podemos desconsiderar a subnotificação, muitas vezes negligenciada, que emerge como um fator crucial no entendimento da verdadeira extensão da violência em diversas sociedades. A subestimação ou não reporte de casos cria uma ilusão de menor incidência, distorcendo a percepção pública sobre a realidade do fenômeno. Este não é apenas um problema estatístico; está intrinsecamente ligado à naturalização da violência. O silenciamento dos casos reflete não apenas a falta de dados precisos, mas também uma aceitação tácita da violência como parte integrante da vida cotidiana.

A implementação da abordagem intersetorial nas políticas públicas não se limita à promoção da saúde, educação, assistência e meio ambiente, mas desempenha um papel crucial na redução da violência em grandes centros urbanos e periferias. A integração de serviços de saúde mental nas estratégias públicas permite abordar fatores emocionais e psicológicos associados a comportamentos violentos, proporcionando suporte adequado e intervenções preventivas. Ao mesmo tempo, políticas educacionais voltadas para a inclusão, equidade e desenvolvimento de habilidades socioemocionais podem criar ambientes escolares mais saudáveis, reduzindo o potencial para a violência entre os jovens.

A atuação na esfera da assistência social desempenha um papel crucial na redução da desigualdade social, oferecendo suporte a famílias em situação de vulnerabilidade e contribuindo para a diminuição dos índices de criminalidade. A promoção do desenvolvimento sustentável surge como uma estratégia transformadora, alterando a dinâmica de áreas urbanas e periferias por meio da criação de espaços públicos seguros e práticas ambientais sustentáveis, influenciando positivamente na redução da violência ambiental.

Ao concentrar esforços na geração de oportunidades de trabalho e no estímulo às atividades econômicas locais, as políticas intersetoriais oferecem alternativas construtivas para os membros da comunidade, desempenhando um papel significativo na redução da criminalidade. Assim, ao incorporar uma perspectiva que interliga esses diferentes setores, as políticas públicas podem criar um ambiente propício não apenas para a melhoria das condições de vida, mas também para a construção de comunidades mais seguras, resilientes e com menor incidência de violência.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 11, São Paulo, 2017.

BAHIA, Camila Alves *et al.* Notificações e internações por lesão autoprovocada em adolescentes no Brasil, 2007-2016. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, p. e2019060, maio 2020.

BARATA, R. B.; RIBEIRO, M. C. S. D. A.; SORDI, M. D. Desigualdades sociais e homicídios na cidade de São Paulo, 1998. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. 1, p. 3-13, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, DF, 2006.

DATASUS. **Departamento de informática do SUS**. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2021.

FRANCO, S. A social-medical approach to Colombian violence. **Am J Public Health**, v. 93, p. 2025-2029, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde**. Scielo-Editora Fiocruz, 2006.

NUNES, A. J; SALES, M. C. V. Violence against children in Brazilian scenery. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, E. G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Editora Companhia das Letras, 2010.

WANZINACK, Clóvis *et al.* Homicídios de mulheres e meninas no estado do Paraná: uma análise territorial retrospectiva de 2014 a 2018. **Guaju**, v. 6, n. 2, p. 140-156, 2021.

WANZINACK, Clóvis; SIGNORELLI, Marcos Claudio; REIS, Clóvis. Homicides and socio-environmental determinants of health in Brazil: a systematic literature review. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, p. e00012818, 2018.

WANZINACK, Clovis; MÉLO, Tainá Ribas. Homicídio de meninas e mulheres no Brasil de 2015 a 2019: território, gênero e raça em pauta. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 186-206, 2021.

WANZINACK, Clóvis. Violência interpessoal/autoprovocada e desenvolvimento regional: uma análise descritiva de Santa Catarina entre 2015 a 2019. In: X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2021, **Anais do X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - X SIDR - Eixo 3 - Ativos territoriais e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: 2021. p. 1-11.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. MANAGEMENT OF SUBSTANCE ABUSE UNIT.
Global status report on alcohol and health, 2014. World Health Organization, 2014.